



# Câmara Municipal de Curitiba

## ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA PRIMEIRO DE JUNHO DE 2020, PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021.

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte, conforme Edital de Convocação publicado aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e vinte, no Diário Oficial do Município de número 92, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. A Audiência Pública foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Paulo Rink e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Alex Rato, Dr. Wolmir, Ezequias Barros, Mauro Ignácio, Professora Josete, Serginho do Posto, Thiago Ferro e Tito Zeglin. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "O SR. PRESIDENTE (Sabino Picolo):- Agradecemos o comunicado. Conforme o Requerimento 054.00005.2020, aprovado na Sessão on-line de 18 de maio de 2020, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais, estão destinados à realização da Audiência Pública e Debate da Fase de Discussão do Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias 2021. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para assumir os trabalhos, iniciando a Audiência Pública, sob a Presidência do ilustre Vereador Paulo Rink. Convido os membros da Comissão os Vereadores Serginho do Posto, Mauro Ignácio, Thiago Ferro, Professora Josete, Ezequias Barros, Tito Zeglin, Alex Rato e Dr. Wolmir para assumirem a Audiência Pública. Com a palavra o Presidente da Comissão, Vereador Paulo Rink. (Inicia-se a Audiência Pública) O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Presidente Sabino Picolo. Bom dia a todos os Vereadores, nossos colegas, que tenhamos uma ótima semana, um ótimo trabalho. Vamos fazer agora uma discussão sobre a Lei Orçamentária do ano de 2021. Declaro aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia Finanças e Fiscalização, prevista para a fase de discussão do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o ano de 2021. Conforme determina o inciso I, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal; o Art. 44 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade. A Audiência Pública terá duração de duas horas, com início às 9h35min e término previsto às 11h35min. Agradecemos a participação de todos, autoridades, representantes de associações, das entidades, cidadãos e Vereadores. A Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização é formada pelos seguintes Vereadores: Presidente, Paulo Rink; Vice-Presidente, Serginho do Posto; Alex Rato; Dr. Wolmir; Ezequias Barros; Mauro Ignácio; Professora Josete; Thiago Ferro e Tito Zeglin. De imediato passo à leitura do edital da abertura da consulta pública realizada na Audiência Pública. Edital da Audiência da Consulta Pública - Fase de Discussão - para o Plano de Diretrizes Orçamentárias 2021. O Presidente desta Comissão Permanente de Economia e Finanças no uso de suas atribuições legais

torna pública a convocação e a consulta pública Debate da Audiência Pública da Fase de Discussão do Projeto de Lei nº 013.00002.2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2021 e dá outras providências, previsto no inciso I, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Lei de Responsabilidade Fiscal; o Art. 44, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade. Conforme segue: consulta pública pela internet no período de 16 a 25 de maio, disponível no site das demais redes sociais da Câmara Municipal; a Audiência Pública no dia 1º de junho às 9h, que estamos fazendo agora, numa Sessão Plenária virtual, disponível no canal do YouTube. Palácio Rio Branco, 18 de maio de 2020. Então o edital, senhores, temos aqui, foi publicado em vários outros meios de comunicação, jornais da cidade, para que tivesse essa Audiência Pública de hoje. O roteiro dos trabalhos. Vou fazer aos senhores uma apresentação muito rápida sobre a questão do orçamento, depois teremos a participação da Daniele Regina dos Santos, que está na Superintendência da Secretaria Municipal de Finanças, que fará a apresentação dela, na sequência teremos a inscrição dos Vereadores para os questionamentos, naquela mesma ordem da semana passada, primeiro os Vereadores da Comissão, depois os demais Vereadores e depois os participantes da nossa Audiência Pública. Peço a quem nos escuta, os participantes, quando escreverem as suas perguntas também escrevam o seu nome, porque na hora em que o pessoal da técnica imprime, o nome não vem impresso, conseguimos imprimir o texto para que eles me mandem e aí fazemos a leitura. Então, quem for participar da população, mande a pergunta e o nome para que possamos ler o nome da pessoa que está participando. O e-mail está no site, é comissão.economia@cmc.pr.gov.br. Lembrando aos colegas Vereadores que vamos fazer a apresentação do slide que acabei de mandar no grupo da Sessão, para que todos tenham a apresentação do slide que aprontamos, o pessoal da Comissão fez a montagem do slide. Slides simples, ilustrativos, do que foi este relatório, esta consulta pública e todos os Vereadores estão com a apresentação disponível. Peço ao Marcelo que coloque na tela a apresentação para que eu possa começar com os Vereadores sobre o Orçamento de 2021. (Slide) Orçamento de Curitiba para 2021 resultado da Consulta Pública ao Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias. O Marco Legal. A gestão orçamentária participativa é prevista por lei para o Estatuto da Cidade, Lei de Responsabilidade Fiscal. Em função da pandemia, tínhamos o ano passado as urnas nas Regionais, para que a população pudesse participar por escrito, desta vez não foi possível fazer. Desta vez o pessoal da técnica e da comunicação da Câmara Municipal fizeram só o serviço on-line e vocês acompanham na sequência um pouco do comportamento da cidade. Próximo slide. Está lá, divulgação exclusivamente on-line. Esta foi a diferença da discussão do orçamento de 2021. Não tivemos a discussão nas Regionais, não tivemos a urna nas Regionais que a população estava acostumada a ver, foi só pelo Facebook, Instagram, Twitter, os sites, os banners e os releases que foram mandados aos jornais, aos grandes veículos de comunicações de Curitiba. Próximo slide. Foram doze publicações divulgadas no perfil da Câmara. Tivemos também o tempo da consulta pública. Obrigado por exercerem a cidadania. O pessoal participou legal na consulta pública da semana passada. Próximo slide. Reportagens. Temos aí, que a Economia admite Projeto da LDO, a semana passada fizemos a Comissão, admissão, temos um projeto do orçamento de nove bilhões e duzentos milhões de reais. Receitas devem cair quase 5% na previsão. Então, a nossa discussão é sobre isso, o que nós deveríamos fazer sobre a nova participação no orçamento, novo valor, a pandemia é um marco que está dificultando as questões financeiras da própria cidade, não entrando na discussão política, aqui temos que entrar na discussão do orçamento. Depois vamos abrir a palavra aos Vereadores para que possam falar das quatro matérias que foram divulgadas no site e distribuídas para a imprensa. Próximo slide. Repercussão na imprensa. A população pode dar sugestões. Foram feitas sugestões que vamos ver, conseguimos colocar na Rádio CBN. Próximo slide. Vamos ter aí um resumo das participações: na Band News, no Portal Bem Paraná, reportagem da RPC. Então, vou solicitar ao Marcelo para passar

o vídeo para que os Vereadores entendam o que a população está recebendo do nosso trabalho agora no Orçamento. (Pausa). O vídeo está travando. Então, vou dar sequência aqui e o Marcelo vai tentar liberar o vídeo, porque é importante. O impacto nas redes Sociais. Tivemos duas mil cento e noventa e nove pessoas alcançadas. Engajamentos com as publicações: mil trezentos e quinze; e cento e quarenta e um compartilhamentos. Próximo slide. Resultado da consulta pública realizada entre 16 e 25 de maio. Próximo slide. Tivemos no site cento e cinquenta e um participantes, no Twitter treze; Facebook cinquenta e quatro, Instagram trinta e nove. Próximo slide. Participantes das Regionais. Conseguimos ver quando a Regional foi mais ativa este ano. Ano passado também acho que foi o Cajuru, com sessenta e oito solicitações; a Regional do Boa Vista com quarenta solicitações; do Bairro Novo, trinta e quatro; da Matriz, trinta e uma; de Santa Felicidade, treze; do Boqueirão, dez; do Portão, dez; da CIC, nove; do Pinheirinho, nove; e quem não informou a sua região, foram trinta e três participantes. Próximo slide. Áreas mais demandadas. (P) Isso aí é o pedido que o pessoal fez on-line para a nossa Câmara Municipal. Cento e uma dessas pessoas, dos participantes, pediram questões sobre obras; cinquenta e cinco pediram questões sobre segurança; trinta e duas pessoas pediram sobre educação; dezoito sobre saúde; dezesseis sobre transporte público; dez sobre meio ambiente; sete sobre habitação; seis sobre assistência social; cinco sobre esporte e lazer, quatro sobre cultura e três não quiseram informar. Então, essas são as áreas demandadas. Teve uma pequena divergência da Prefeitura entre as áreas demandadas da nossa pesquisa, que já vou mostrar na sequência. O próximo slide, por favor. Prioridades em obras. Cento e uma sugestões, sendo 53% sobre a questão de pedidos de pavimentação. Fizemos uma discussão no Plenário em vários momentos, tivemos a discussão da questão do pavimento aí nos projetos que aprovamos na semana passada, mas isso é um dado que a população colocou a nossa disposição, Srs. Vereadores. Então, 53% das pessoas estão pedindo a questão de pavimentação. Temos aí a questão de infraestrutura, "não informou" e a questão do saneamento básico também é um pedido da população de Curitiba. Próximo, por favor. Temos a questão da segurança. Essa é a segunda demanda da população, que temos conhecimento, que é necessária na Cidade de Curitiba para o orçamento 2021. Sobre a segurança geral, sobre iluminação pública, foram quatorze menções sobre a segurança, não informando o local, foram dez participações. Ali a Priscila fez até um comentário no Instagram "Segurança no Bairro Guaíra, Rua Assis Figueiredo." Além do asfalto, a população também está pedindo a questão da segurança. Prioridades na educação. Temos a questão da educação, da qualidade geral, da estrutura física e não informou. Temos o Diego que falou: "Educação, Centro-Regional Matriz". Então, tivemos também aí 12%, trinta e duas sugestões para a educação no nosso Município. Próximo, por favor. As prioridades apontadas por Regionais, como estamos vendo. A Regional Bairro Novo pediu mais sobre educação; a Regional Boa Vista mencionou mais obras; a Regional Boqueirão mencionou mais obras; a Regional Cajuru obras; a Regional CIC obras, a Matriz mais segurança, o Pinheirinho mais obras. Na Regional Portão, a maior reivindicação da população também foi por obras; na Regional Santa Felicidade e Tatuquara da mesma forma. Então, temos ali só o Bairro Novo, que teve a questão da educação, que deve ser uma coisa pontual, de um grupo, que entendemos e temos que dar atenção para que possamos atender aos quesitos da população. Próximo slide. Aqui temos o calendário do recebimento de emendas, que são as questões legais dessa lei que estamos comentando hoje. Nos dias 2, 3 e 8 de junho teremos o recebimento de emendas; no dia 16 de junho teremos a análise das emendas pela Comissão de Economia e a elaboração do parecer final. Dias 22 e 26 de junho de 2020 teremos a votação do projeto da LDO no Plenário da Câmara. Então, mais ou menos esse é o nosso calendário, para que possamos atribuir as questões legais da lei de orçamento. Aqui temos os integrantes que participam comigo na Comissão, já foram todos citados no início da minha fala. Agradeço a nossa equipe técnica, que nos dá assessoria durante o ano todo e nesse período da Lei de Orçamento tem um trabalho muito importante e nos ajuda muito a dar as instruções corretas para os

nossos colegas Vereadores. Acho que agora finalizamos e agradecemos todo pessoal da técnica. Assim, fizemos um resumo aos colegas Vereadores. Temos a Dra. Daniele, que está na Prefeitura e que fará uma explanação agora do âmbito da Prefeitura Municipal de Curitiba. Dra. Daniele a senhora está conosco? Está me ouvindo bem? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom dia, Vereador Paulo Rink. Bom dia, Srs. Vereadores. Vamos passar um vídeo da apresentação que foi feita para a Audiência Pública da Câmara, da LDO, porque este ano não pudemos fazer *in loco* nas Regionais, em razão da pandemia. O SR. PRESIDENTE:- Daniele, mais ou menos quanto tempo você vai precisar? Na previsão eu tenho entre trinta e quarenta minutos para a sua apresentação. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Acredito que trinta minutos serão suficientes. O SR. PRESIDENTE:- Está bem. Depois os Vereadores já podem se inscrever para formular as perguntas, a inscrição já está disponível no nosso sistema. Os Vereadores que quiserem fazer perguntas à Prefeitura ou qualquer questionamento sobre o orçamento, podem fazer a inscrição pelo sistema que estamos utilizando durante as Sessões on-line. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Quero ver só se consigo a abertura aqui para compartilhar o vídeo, Vereador. (É exibido um vídeo, cujo conteúdo está abaixo transcrito) O SR. CARLOS EDUARDO KUKOLJ:- Sejam todos bem-vindos à Audiência Pública da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2021. Meu nome é Carlos Eduardo Kukolj, sou servidor da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento. A convite do Secretário Municipal de Finanças, Vítor Puppi, farei uma apresentação para vocês nessa Audiência. Excepcionalmente neste ano, neste exercício para a LDO, ela será apresentada em formato de vídeo, tendo em vista a pandemia, a emergência pública declarada no Município de Curitiba. Como forma da sociedade interagir na Audiência Pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias, estamos disponibilizando na tela o e-mail da Secretaria Municipal de Finanças e o e-mail do Instituto Municipal de Administração Pública, Fala Curitiba, para que a sociedade possa enviar suas perguntas, dúvidas ou sugestões, até a data de 15 de maio, que é o nosso prazo para entrega da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias na Câmara Municipal. Informamos que essa Audiência Pública estará disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Curitiba, no link de orçamentos, audiência pública, LDO 2021. Começando a apresentação, vamos falar sobre o Fala Curitiba, que são as consultas públicas que antecedem a Audiência Pública da LDO. O processo do Fala Curitiba, que é coordenado pelo Instituto Municipal de Administração Pública, o IMAP, ocorreu com os editais de convocação no dia 10 de março, marcando as consultas para a população nas respectivas Regionais, presencial. Porém, no dia 16 de março houve o decreto da situação de emergência em saúde pública no Município de Curitiba, que acabou inviabilizando a apresentação de forma presencial. Por isso, as apresentações ocorreram também de forma eletrônica nas consultas públicas. A consulta de forma eletrônica foi disponibilizada no período de 9 de março, até 30 de abril de 2020. Nesse processo eletrônico, cada cidadão pode escolher dentre cinquenta e seis temas, distribuídos em treze políticas públicas, os cinco temas que mais interessavam para ele na sua Regional. Na consolidação das participações, que foram quatro mil, oitocentas e quarenta e quatro, a sociedade escolheu entre os principais temas. Assistência social, em primeiro lugar, seguido pela segurança, meio ambiente, educação, saúde, trânsito, obras públicas, esporte e lazer, cultura, direitos humanos, transporte, habitação e segurança alimentar e nutricional. Entre as dez Regionais, na Regional Bairro Novo foram escolhidas cinco políticas públicas, com os seguintes temas: educação - educação infantil, CMEIs; em segundo lugar, segurança - ações de prevenção ao uso de drogas; em terceiro lugar, habitação - produção de unidades habitacionais; em quarto lugar, saúde - atenção à urgência e emergência e em quinto lugar, segurança - Guarda Municipal. Na Regional Boa Vista, em primeiro lugar, o trânsito - circulação e sinalização; em segundo, obras públicas - iluminação pública; em terceiro lugar, meio ambiente - implantação e revitalização de áreas de lazer, praças, parques e bosques; em quarto lugar, segurança - Guarda Municipal; em

quinto lugar segurança - defesa civil municipal, ações de segurança preventiva. Na Regional Boqueirão, em primeiro lugar a segurança - Guarda Municipal; em segundo lugar, obras públicas - iluminação pública; em terceiro lugar, meio ambiente - implantação e revitalização de áreas de lazer, praças, parques e bosques; em quarto lugar, o trânsito - circulação e sinalização de trânsito; em quinto lugar segurança - defesa civil municipal, ações de segurança preventiva. Na Regional Cajuru, em primeiro lugar, a segurança - Guarda Municipal; em segundo lugar o trânsito - circulação e sinalização de trânsito; em terceiro lugar novamente a segurança - ações de prevenção ao uso de drogas; quarto lugar, segurança novamente - defesa civil municipal, ações de segurança preventiva; em quinto lugar, meio ambiente - implantação e revitalização de áreas de lazer, praças, parques e bosques. Na Regional CIC, o tema em destaque foi segurança - ações de prevenção ao uso de drogas; em segundo lugar, segurança com o tema da Guarda Municipal; em terceiro lugar, assistência social - assistência à criança e ao adolescente; quarto lugar, educação - educação infantil e CMEIs; em quinto lugar, obras públicas - iluminação pública. Na Regional Matriz em primeiro lugar veio assistência social - atenção especial à pessoa em situação de rua; em segundo lugar, segurança - defesa civil municipal, ações de segurança preventiva; em terceiro novamente a segurança - Guarda Municipal; quarto lugar, segurança - ações de prevenção ao uso de drogas e em quinto lugar, obras públicas - iluminação pública. Já para a Regional Pinheirinho, em primeiro lugar está a segurança - ações de prevenção ao uso de drogas; em segundo lugar, obras públicas - iluminação pública; em terceiro lugar, assistência social - atenção especial à pessoa em situação de rua; em quarto lugar, segurança - Guarda Municipal; em quinto lugar, segurança - defesa civil municipal, ações de segurança preventiva. Na Regional Portão em primeiro lugar, obras públicas - iluminação pública; em segundo lugar, segurança - Guarda Municipal; em seguida meio ambiente - implantação e revitalização de áreas de lazer; em quarto lugar, defesa civil municipal - ações de segurança preventiva; em quinto lugar, assistência social - atenção especial à pessoa em situação de rua. Na Regional Santa Felicidade, o trânsito em primeiro lugar - circulação e sinalização de trânsito; em segundo lugar, obras públicas - iluminação pública; em terceiro lugar, segurança - defesa civil municipal; quarto lugar segurança - Guarda Municipal; em quinto lugar, meio ambiente, também na implantação e revitalização de áreas de lazer. Na Regional Tatuquara o transporte em primeiro lugar - melhoria do transporte coletivo; em segundo lugar, educação - educação infantil - CMEIs; em terceiro lugar segurança - ações de prevenção ao uso de drogas; em quarto lugar, assistência social - qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho, SINE; segurança é o quinto tema, com Guarda Municipal. Nessa consolidação então foram quatro mil, oitocentas e quarenta e quatro participações, (M) que levaram ao credenciamento de vinte e duas mil, quatrocentas e vinte e nove opiniões, dentro dos cinquenta e seis temas priorizados. Aqui, é a equipe que coordenou essa fase do Fala Curitiba, que antecedeu esta Audiência, que é a equipe do Instituto Municipal de Administração Pública. Após comentar sobre a participação popular nas consultas públicas que antecedem esta Audiência Pública, agora mais sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças, vamos tratar da Lei de Diretrizes Orçamentárias, seus objetivos, dentre os quais está definir metas e prioridades da Administração Pública, as grandes metas dessas diretrizes; a orientação e a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Então, ela traz todo o arcabouço legal que orienta a Lei Orçamentária Anual. Traz também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, o equilíbrio orçamentário; traz anexos de metas fiscais, mais precisamente sobre as receitas totais, despesas totais, o seu resultado primário, a sua dívida pública consolidada, a sua dívida pública líquida e o seu resultado nominal. E, além disso, traz também sobre os anexos de riscos fiscais, quais seriam os riscos e as providências a serem tomadas pela Administração, caso ocorram. Bom. Sobre as previsões das receitas, foi utilizado o seguinte quadro econômico na elaboração da peça orçamentária. Os dados foram retirados das expectativas de mercado, em 27 de março, que era um crescimento do PIB Brasil de menos 0,48% em 2020, e mais

2,5% em 2021; um IPCA de 3,53% em 2020, e 3,59% em 2021. Porém, a Secretaria Municipal de Finanças elaborou o seu próprio PIB, para efeito de impostos, taxas e transferências obrigatórias constitucionais, que foram: uma queda de menos 5% em 2020, e um acréscimo positivo de mais 4% em 2021. E, com base nesse cenário, então, projetou-se um crescimento nominal de 8,3% nas receitas correntes, utilizando-se o PIB de mais 4% e inflação de 3,59%, e considerando uma menor inadimplência em 2021 do que em 2020, levando em conta a queda prevista de menos 5% do PIB em 2020. Há muitas incertezas sobre os efeitos da pandemia e a extensão da pandemia e seus reflexos na economia. Ainda assim, as receitas de 2021 ficaram abaixo das receitas previstas em 2020; e, em termos reais, ficamos no patamar de 2018. Uma melhor avaliação das receitas poderá ser feita na proposta da Lei Orçamentária de 2021. Quanto às receitas de capital, mais especificamente sobre os empréstimos, as operações de crédito, temos as seguintes previsões: vinte e cinco milhões para o PMAT, que é o Programa de Modernização da Administração Tributária; cem milhões, na operação com a Caixa, do Finisa, com infraestrutura urbana, equipamentos públicos e saneamento; trinta milhões para a Agência Francesa de Desenvolvimento, com a gestão de risco climático no Caximba; e setenta milhões na operação do BID, com a Linha Inter II, capacidade e velocidade. Além disso, ainda nas receitas de capitais, o Município prevê as transferências do PAC 2, trinta e oito milhões, com Linha Verde, BRT e Inter II; transferências do Ministério das Cidades via Caixa Econômica, de setenta e seis milhões, que servem para drenagem e situações de risco; entre outras transferências de capitais. As receitas do Município ficaram assim definidas: receita de nove bilhões, duzentos e noventa milhões; sendo receita corrente, sete bilhões, novecentos e vinte e um milhões; receita de capital, trezentos e noventa e dois milhões; a intraorçamentária, que está nesse valor de novecentos e três milhões; e mais setenta e três milhões de exercícios anteriores. Compõem a receita corrente: a parte municipal, em torno de quatro bilhões e novecentos milhões; transferências da União, num montante de um bilhão, trezentos e dez milhões; transferências do Estado, em um bilhão e noventa e seis milhões; entre outras transferências, no total de seiscentos e dez milhões. Referente à receita de capital, que vai se transformar em despesas de capital, com investimento, infraestrutura, temos: operação de crédito, em duzentos e vinte e sete, vírgula seis milhões; transferência de capital, cento e trinta e oito, vírgula três milhões; e outras receitas de capital, no total de vinte e sete milhões. As receitas líquidas, então, compõem o seguinte panorama: 59,7% são receitas municipais. Nós geramos as nossas riquezas, as nossas receitas, mais de 50% do orçamento, quase 60% do nosso orçamento são receitas próprias. Transferências do Estado representam 13,3%; da União, 17%; os empréstimos, que é operação de crédito, 2,7%; transferências multigovernamentais, aqui praticamente é o Fundeb, 7%; e nas transferências de pessoas físicas e jurídicas, as doações, principalmente para o Fundo da Criança e do Adolescente e ao Fundo do Idoso, 0,4%. Entre as nossas receitas correntes municipais, destacam-se: principalmente o ISS, que aqui está composto também de dívida ativa, multas e juros, no total de um bilhão, trezentos e vinte e quatro milhões; o IPTU, com as suas dívidas ativas e multas, oitocentos e noventa e sete milhões; o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, o ITBI, trezentos milhões; o Imposto de Renda Retido na Fonte, quatrocentos e dois milhões; contribuições, principalmente sobre iluminação pública e sobre o servidor, no Regime Próprio de Previdência Social, quatrocentos e três milhões; as receitas patrimoniais, trezentos e vinte e um milhões; receitas com taxas, duzentos e catorze milhões, principalmente a taxa de lixo; receita de serviços, oitocentos e trinta e sete milhões, aqui se destaca basicamente a receita do Fundo de Urbanização de Curitiba, que é do serviço de transporte público; e outras receitas, duzentos e dois milhões; totalizando quatro bilhões, novecentos e três milhões. Nesse gráfico, conseguimos observar, em termos reais, a evolução de nossos principais impostos. Em verde, acima, encontra-se o ISS, o nosso principal tributo. Observa-se que, em 2020, há uma queda expressiva. Então, nós vínhamos de um bilhão, trezentos e cinco milhões em 2019, e estamos projetando uma queda para um bilhão e

cinquenta milhões em 2020. Para 2021, aí sim, um retorno de um bilhão, duzentos e cinquenta e dois, influenciado pelo nosso PIB, que se acredita que vai crescer em torno de 4%. Mas, ainda assim, estaríamos em torno de 2018, em termos reais, voltando a 2018. Outros impostos, como essa linha vermelha, que temos aqui, que é o IPTU, há um crescimento, ele não é tão afetado pelo PIB. Mas, em 2020, ainda assim, prevemos inadimplências, que devem cair a sua trajetória de 2019; e em 2021 também a nova recuperação. Para o ITBI, a linha azul clara, ele vem numa constante, vinha numa constante de trezentos e cinquenta milhões, deverá cair bem neste ano de 2020, também influenciado pela questão do mercado imobiliário, e também estamos projetando uma recuperação em 2021. A taxa de lixo, essa última cor no gráfico, em cento e setenta e seis milhões em 2019, projetamos uma inadimplência para 2020, deve ficar em torno de cento e cinquenta e seis milhões, e projetamos novamente, daí, um crescimento de cento e setenta e dois milhões para 2021. No que se refere às transferências da União, temos principalmente o Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, com trezentos e dez milhões; o Sistema Único de Saúde, em torno de novecentos e oito milhões; a parte da assistência social, do Fundo Nacional de Assistência, catorze milhões e seiscentos; o FNDE, que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, setenta e um milhões; e convênios e outras, em torno de quatro milhões e novecentos; totalizando um bilhão, trezentos e dez milhões. Quanto às transferências do Estado, destaca-se principalmente o ICMS, em torno de seiscentos e trinta e um milhões; o IPVA, o Imposto sobre Veículos Automotores, trezentos e noventa e sete milhões; o IPI sobre exportações, dez milhões; programas de saúde, em torno de cinquenta milhões; convênios e outras, sete milhões; totalizando um bilhão e noventa e seis milhões. No que se refere a outras transferências, temos o Fundeb, quinhentos e oitenta e sete milhões; e as demais transferências, vinte e três milhões e quinhentos, que são praticamente as transferências de pessoas físicas e jurídicas; totalizando seiscentos e dez milhões. Nesse gráfico de repasses constitucionais, percebemos que o Município vem perdendo muito recurso com o ICMS, que é a linha em laranja, que já vínhamos perdendo, independente de crise, a nossa participação no bolo tributário tem caído, e também a consequência, para 2020, aqui, dessa queda maior, da crise da pandemia; para 2021, projetamos uma recuperação, mas ainda assim caindo em relação aos outros anos. O FPM, na linha azul, já se mantém mais constante, mas também, em 2020, há uma queda, e esperamos que se recupere em 2021. Quanto à previsão de despesas, temos o seguinte cenário, trabalhamos com a despesa igual à receita, pelo fator do equilíbrio orçamentário: nove bilhões, duzentos e noventa, sendo correntes, que mantêm o custeio da Administração, oito bilhões e meio; reserva de contingência, cinquenta e seis, vírgula cinco milhões; e despesa de capital, em torno de setecentos e trinta e dois, vírgula nove milhões. Dentro das despesas correntes, temos o principal grupo, que é pessoal e encargos, em torno de quatro, vírgula cinco bilhões; juros e encargos da dívida, sessenta e nove, vírgula um milhões; e ODC, outras despesas de custeio, três, vírgula nove bilhões. Nas despesas de capital, o investimento, em torno de quinhentos e quatro milhões; inversões financeiras, basicamente os nossos aportes nas empresas do Município, sete, vírgula cinco milhões; e amortização da dívida, em torno de duzentos e vinte milhões de reais. No panorama total das despesas, do orçamento, está assim dividido: pessoal e encargos sociais com 48,47%; juros e encargos da dívida, 0,74%; outras despesas correntes, 42,29%; investimentos, 5,43%; inversão financeira, 0,08%; e amortização da dívida, 2,38%. As despesas por função de governo estão assim separadas no orçamento: em primeiro lugar, a saúde, com 21,59%; em segundo, a previdência social, com quase 20%; educação, com 16,7%; urbanismo, com 16,4%; administração, 6,93%; encargos especiais, principalmente os encargos gerais do Município, as dívidas, 4,22%; saneamento, 3,05%; gestão ambiental, 2,19%; assistência social, 2,07%; segurança pública, 1,71%; e função legislativa, 1,66%; as demais funções estão separadas no grupo "outros", representando 3,43%. O Secretário Municipal de Finanças tem trazido, nas suas apresentações, a evolução dos precatórios, no qual demonstramos que houve um acréscimo considerável nesta



gestão, começando, em 2017, em vinte e três milhões; subindo, em 2018, para cento e seis milhões; indo para cento e dezessete milhões em 2019; e este ano é estimado em torno de sessenta e dois milhões. Para 2021, ainda não temos esse número, dependemos disso para a elaboração da Lei Orçamentária, que deverá ocorrer em julho. Mas o Município de Curitiba está em dia com todos os seus precatórios. Em relação ao aporte do Regime Próprio de Previdência Social, o Município tem que aportar, além das suas contribuições patronais, que ocorrem, o valor de trezentos e oitenta e três milhões para 2021, para que se mantenha o equilíbrio financeiro atuarial do nosso Regime Próprio de Previdência. Isso poderá sofrer alguma alteração, mas será revisto posteriormente. Em 2016, não tínhamos nada previsto nesse orçamento, nem em 2017. E tivemos que, nesta gestão, aportar esses recursos, a partir de 2018, em torno de trezentos e treze milhões, o que ofereceu um grande esforço para a administração, para alocar do orçamento todo esse montante. Esse gráfico representa a redistribuição da dívida, com fonte do Tesouro, nos exercícios. Em azul, temos o estoque da novação da dívida, que eram as despesas com fornecedores que não tinham sido empenhadas. Projetamos, para 2021, ainda (L) um estoque de vinte e seis milhões, em cinza nós temos a despesa do exercício anterior, observa-se, em 2016, que nós tínhamos cento e noventa e seis milhões de despesas de exercícios anteriores que deveriam estar nos orçamentos anteriores, 2015 ou anterior. Esse número representa um desequilíbrio orçamentário, porque ele está comprometendo o orçamento do exercício com despesas de competência de exercícios anteriores. Nessa visualização temos o comparativo da dívida bruta, na linha azul nossa dívida fundada, nossa dívida contratada, o nosso estoque da dívida que, em 2017, representava um bilhão e meio, estava caindo até 2020, acreditamos que em 2021 deva subir devido às nossas operações de crédito que estão sendo contratadas, principalmente ao AFD e ao BID. Já na linha laranja, que representa a dívida consolidada líquida, que é a dívida bruta menos as disponibilidades de caixa, mais os restos a pagar. Quanto mais baixa, representa que possuímos mais capacidade de pagá-la. Então, em 2017 tinha cento e cinquenta milhões, em 2020 significa que nós temos mais disponibilidade de caixa, recursos suficientes para quitar toda nossa dívida bruta. Em 2021, aí subindo um pouquinho, devido também à diminuição no caixa no período da Covid-19, acreditamos que vai ficar em torno de setecentos e sessenta milhões, o que significa que conseguimos pagar toda a nossa dívida bruta. O Secretário Municipal de Finanças sempre traz esse gráfico, que representa os recursos próprios aportados na Secretaria Municipal de Saúde, no Fundo Municipal de Saúde. Esses estão em valores reais, mas eles representam a evolução de aportes de recursos que houve nesse período. Se nós observarmos a linha cinza do gráfico em 2016, inicialmente, tinha para pagar o custeio, dezenove milhões em termos reais hoje. Para 2021 estamos estimando em torno de trezentos milhões. Quanto mais próximo dessa linha azul, que é o valor que foi efetivamente empenhado, com mais equilíbrio está o orçamento dessa entidade. Então, representa também o quanto foi priorizada a saúde nessa gestão. Quanto aos contratos de obras da Prefeitura, temos contratos concluídos, cento e quarenta e sete contratos, representaram duzentos e trinta e seis milhões de reais. Contratos em andamento são noventa e dois, representando quase quinhentos milhões de reais, 83,7% foram iniciados nessa gestão, e contratos com aguardo de ordem de serviço, empenho ou em licitação, que são cinquenta e um, em torno de oitenta e três milhões. Tem um total de duzentos e noventa contratos, representando oitocentos e quarenta e sete milhões de reais. Em destaque nas metas para essa LDO temos a gestão de risco climático, novo Caximba; quarenta e um quilômetros de pavimentação alternativa; cinco quilômetros de ampliação da rede de iluminação; cinquenta e duas obras de circulação viária, fresa, recape e reciclagem; implantação de calçadas em vias públicas; obras de drenagem e saneamento, cinco bacias atendidas com obras de drenagem e gestão de risco e desastres naturais; complementação da Linha Verde norte e sul com o dinheiro do PAC; ampliação da capacidade do Inter 2 com recursos do BID; dez áreas com intervenções de ações de habitação de interesse social; sete equipamentos de esporte e lazer, parte de reforma; três equipamentos



turísticos, revitalização; dois restaurantes populares, construção e reforma; dois espaços culturais, reforma e ampliação; três quadras cobertas em construção; três CMEIs, construção e reforma; quatro escolas municipais, reforma e ampliação; liceus de inovação com reformas e adaptações; equipamentos de segurança, um equipamento com a reforma; equipamentos de saúde, são as reformas desses equipamentos; um espaço de saúde em implantação; três equipamentos sociais com implantação e cinco com reforma e ampliação; seis áreas de lazer, implantação e revitalização; quatro parques e bosques implantados e revitalizados; seis cemitérios com obras de melhorias, mais implantação; duas obras de melhoria no zoológico e museu de história natural; dez ecopontos para resíduos de construção; rua da cidadania da CIC, e ainda o programa de mobilização, administração tributária municipal. PMAT. Chegamos ao fim dessa audiência pública, esse é um resumo dos principais tópicos da Lei de Diretrizes Orçamentária e desejamos a todos um bom dia. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Daniele. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom, a apresentação é essa que foi feita, inclusive, para a população da mesma forma, então, estamos à disposição para os questionamentos. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço ao Carlos, que fez uma apresentação bem explicativa. Na minha apresentação tem aquele vídeo que vou passar aos colegas Vereadores de dois minutos. E só lembrando aos senhores para fazer a inscrição pelo sistema nosso da Câmara Municipal de perguntas. Ali na discussão dos projetos. Vamos ver o vídeo. (É feita a apresentação de um vídeo) O SR. PRESIDENTE:- Então, nós conseguimos ver onde foi divulgado esse vídeo, foi feito pela RPC. Para que possamos seguir o trabalho desta Audiência, vou dar a palavra, primeiro, aos Vereadores da Comissão. Com a palavra o Vereador Mauro Ignácio. O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Presidente Paulo Rink, Presidente da Comissão de Economia e Fiscalização desta Casa, cumprimentar pela apresentação detalhada do que chegou para a Câmara e dizer o quanto é importante a participação da população nesses questionamentos. E também lembrar o que estamos dizendo há algum tempo, o quanto a população nos pede na questão de obras, temos tido debates acalorados no Plenário e a apresentação feita pela Comissão de Economia, das dez Regionais, sete estão pedindo obras para sua região. Esse número se soma com os números da Prefeitura, pelas Regionais também, pela apresentação feita pela Dani, foi colocada, também, a questão de obras na cidade. Ou seja, eu tenho dito e insistido que Vereadores devem circular mais na cidade, estar mais no bairro, mais presentes com a comunidade para ouvir esses anseios, essas reivindicações. Isso se dá também, e aí fica a sugestão ao nosso Presidente Paulo Rink, de quem sabe utilizar nossas redes sociais para acoplar as demandas aí da pesquisa que é feita. Eu sou frequentemente cobrado sobre essa questão de revitalização de rua, implantação de antipó, segurança também, que na semana passada estávamos lá no Palácio Iguazu tratando sobre segurança, então, o que nós vemos nessa apresentação é o que nos chega. Quando saio na rua, quando estou em contato com a população, seja no presencial ou no virtual, essas reivindicações chegam para nós, nós procuramos traduzir isso em ações positivas junto à Prefeitura, à gestão do Prefeito Rafael Greca. E quero também dizer que gostei muito dos investimentos que estão previstos para o próximo ano, esse rol de obras que terá em nossa cidade, provando que mesmo em tempo de pandemia Curitiba continua ativa. Mas, para não ficar só com a parte boa, eu vou aqui fazer um questionamento: quanto ainda falta para Curitiba a implantação de ruas que não têm antipó, de saibro? Gostaria de saber quantos quilômetros nós temos dessas ruas para serem asfaltadas, que é uma demanda muito presente na cidade? Também ruas a serem revitalizadas? Nós sabemos que o nosso antipó da cidade, como um todo, tem de trinta a quarenta anos, e essas ruas precisam sim de melhorias. Essa é uma reivindicação muito presente. E também a questão de fresa, onde tem um asfalto, como aconteceu na Manoel Ribas agora recentemente, foi feita essa fresa, quantos quilômetros temos de fresa em toda a cidade? Porque essas demandas chegam, então, em audiência pública, Fala Curitiba e nos gabinetes dos Vereadores que estão à disposição da comunidade. Seria isso, cumprimentar pela apresentação e ficamos muito felizes por poder somar, por poder contribuir com

o desenvolvimento de Curitiba e tornar Curitiba orgulho para todo País e, inclusive, o Paraná, naturalmente. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Mauro Ignácio. Vamos, de pronto, ao Vereador Serginho, Vice-Presidente da Comissão de Economia e Finanças. O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Primeiramente é importante nós salientarmos que as peças orçamentárias têm suas etapas. Essa etapa da LDO, como o próprio nome diz, é uma visão macro da cidade. Perdi a imagem? Agora voltou. Nós temos a peça orçamentária nas fases, e a fase da Lei de Diretrizes onde ela conta o macro, a forma aplicada, de forma macro, do orçamento de 2021. Existem os desafios que após essa pandemia trará aos municípios, em especial, Curitiba tem hoje uma capacidade de continuar alguns investimentos, porque conta com convênios em andamento, convênios em previsão para licitações nos próximos dias, isso faz com que o Município continue investindo. Mas acredito que o grande desafio da administração pública, principalmente finanças, será manter o comportamento orçamentário para fazer frente ao atendimento da população e, também, o dia a dia do Município na questão administrativa, para que ele possa dar continuidade e fazer com que a gestão continue fazendo com que esses objetivos e metas sejam alcançados. Nós observamos que nos dez incisos que traz essa peça orçamentária está muito realista, digo isso, porque a peça orçamentária tem que ser feita dentro de uma realidade, nós queríamos que fosse diferente, mas entre o ideal e o real nós precisamos fazer um esforço para que a realidade aconteça. Observo que os investimentos e as previsões em cada meta colocada terão possibilidades de serem concretizadas. (1) Isso também diverge e demonstra uma diferença grande como eram feitas as peças orçamentárias anteriores. Trazia-se muito dentro de uma diretriz e se alcançava muito pouco, ou seja, as metas eram projetadas em um grande patamar e se realizava muito pouco. Observo que a gestão tem sido realista ao colocar metas possíveis de atendimento. Todos esses atendimentos, é importante deixar claro, que dependem de orçamento e para isso estamos a seis meses de um novo orçamento que abrirá a partir do ano que vem. Portanto, acredito que neste exercício o Governo Federal terá que fazer investimentos e aportes aos municípios, não somente aquele fundo de socorro que foi criado, e acredito que o Município de Curitiba deve receber em torno de duzentos milhões, mas a perda de arrecadação gira em torno de seiscentos. Temos também a disponibilidade dos fundos que farão frente às necessidades orçamentárias. Portanto, quero parabenizar a Daniele e, em seu nome, o Secretário Vitor Puppi e o Secretário Jamur, e o Executivo, em especial o Prefeito, que tem observado essas demandas e tentando de alguma forma cumprir as metas. A partir do momento que se cumpram as metas físicas, estando alinhadas com o Plano Plurianual e com a LDO, o resultado é mais eficaz. Era isso. Agradeço e devolvo a palavra ao Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Serginho do Posto, meu vice-Presidente da Comissão de Finanças. Agora, de pronto, Daniele, temos o terceiro Vereador inscrito, Vereador Dr. Wolmir, também integrante da Comissão, e depois já passo a palavra direto para você. O Sr. Dr. Wolmir:- Bom dia, Presidente da nossa Comissão, Vereador Paulo Rink. Tudo bem com o senhor? O SR. PRESIDENTE:- Tudo. O Sr. Dr. Wolmir:- Demais Vereadores e também todos os cidadãos que nos acompanham pelas redes sociais e à nossa equipe de servidores colaborando com a Comissão de Economia. Cumprimentar também os servidores da nossa Secretaria de Finanças, especialmente a Daniele que está nos auxiliando. Tenho acompanhado desde 2017 o nosso orçamento, Daniele, pela Comissão de Economia e gostaria que você fizesse alguns comentários, que pudesse nos esclarecer e colaborar conosco. Desde o ano passado temos conversado e cobrado muito também sobre um projeto, um programa de Curitiba, com o delegado da Secretaria de Defesa Social, Dr. Rangel, seriam aqueles valores, recursos que tínhamos feito uma reserva para a implantação da Muralha Digital. Se existe essa reserva, se está na programação, se está caminhando. Lembro-me que dependia de se fazer uma negociação de juros, cortando juros, e aí não acompanhei mais. Gostaria de saber como está o status desse programa. Recursos à saúde. Temos recursos do SUS, valores do Governo Federal que são encaminhados para nós.

Também tivemos uma conversa que seriam feitos pagamentos aos hospitais conveniados que não estavam faturando diante da reserva desses leitos pela média dos últimos três meses. Se isso chegou a ser viabilizado ou não. Outra pergunta, ITBI. Tivemos uma conversa com o Secretário, houve uma queda na arrecadação, não aumentou. Se existe uma previsão, alguma intenção da Secretaria ou do Prefeito em abrir o parcelamento, Refis ou alguma coisa neste sentido, para alavancar e até regularizar, porque muitos estão deixando de fazer o pagamento por não poder dispor desse dinheiro. E, por último, sei que são várias perguntas, é última também, é a questão desse fundo de auxílio que o Governo Federal sancionou, vetou dois itens, se tem previsão qual valor aproximado que poderiam vir a Curitiba. Obrigado e parabéns pelo trabalho, Daniele. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Dr. Wolmir. Agora, de pronto, passo os três primeiros questionamentos ou comentários à Daniele. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Respondendo aos questionamentos, o primeiro do Vereador Mauro Ignácio. Realmente o que fica claro nas verificações que a gente faz junto à população, Vereador, e acho que isso é um dado bastante significativo e importante é de que ainda existe em Curitiba uma demanda muito grande pelo serviço de pavimentação. As obras realmente são uma solicitação constante às nossas Regionais, que fazem a escuta da população o tempo todo, não só nas audiências públicas, sabem da necessidade e do pedido constante das pessoas pela pavimentação. Primeiro porque Curitiba tem uma pavimentação realmente antiga, que durante muito tempo não teve a manutenção adequada, e por isso existe uma grande quantidade de ruas que precisam realmente de reparos, até que se possa fazer um reparo mais efetivo, reparos contínuos. Há uma crítica significativa sobre o que se investe dentro de pavimentação, mas se a gente for verificar os valores que se investe em pavimentação são muito inferiores aos valores que se investe em outras áreas como educação, saúde. E a manutenção da Cidade precisa ser contínua e relevante para que a gente possa renovar os asfaltos, a ponto de baixar o custo de manutenção no futuro que me parece mais breve do que já foi. Tínhamos ruas em saibro em Curitiba em torno de duzentos quilômetros, existe um compromisso da realização de pelo menos metade disso dentro dessa gestão, Vereador, mas não tenho aqui o número preciso de quanto já foi realizado. Pedi até para o pessoal para ver se conseguem levantar esse número, se conseguir até o final eu lhe respondo ainda a informação, senão envio a informação. Mas o que estava compromissado dentro do exercício para ser realizado está sendo realizado, as atividades não pararam. O trabalho com obras de maneira geral e manutenção urbana não parou, mesmo com a redução que temos nas receitas do Município, o Município não parou os seus serviços à população em nenhum momento. Ok? Quanto ao Vereador Serginho do Posto, sobre a LDO. Realmente a LDO foi traçada dentro do que tínhamos de cenário no momento em que foi feito, com as previsões de orçamento, de recurso. Acredito que para a proposta orçamentária tenhamos algumas alterações, até porque vai se desenhando mais claramente qual o resultado econômico que teremos do processo da pandemia, não só no momento da pandemia, mas como será a velocidade, qual será a velocidade da recuperação econômica na Cidade e no País de uma maneira geral, até porque temos um impacto significativo do que acontece também fora de Curitiba em função dos recursos transferidos pelo Estado e pela União para Curitiba. Mas foi feito dentro de uma proposta realista, já tentando ajustar aquilo que é possível de ser arrecadado neste período e fazendo as adequações também nos gastos das Secretarias. Infelizmente será um ano mais complexo, mais difícil o ano 2021 em relação aos anos que tivemos anteriores. A nossa receita deve cair um pouquinho e vamos ter que nos adequar a uma proposta diferente para dar conta de superar o momento que vamos passar certamente. Os investimentos são sim desenhados dentro daquilo que é possível, com a previsão que possam ser executados. Inclusive são priorizados os investimentos que realmente têm condições de já saírem no exercício, com projetos que já têm previsão de financiamento, para que a gente possa colocar na LOA aquilo que realmente há possibilidade. Quem trabalha, quem acompanha há muito tempo o orçamento sabe que a questão de obras por vezes tem uma série de interferências. Nem sempre o que

se encontra lá na obra é aquilo que estava previsto no projeto, às vezes atrasa um pouco, a questão do clima, a questão do tempo também interfere. Então é sempre um valor que depende muito das condições para a realização, mas na hora de fazer o orçamento a gente busca colocar aquilo que realmente é possível de ser executado. Vereador Dr. Wolmir, a questão da Muralha Digital. A Muralha Digital tem recurso previsto para ser executada dentro dos valores que temos de superávit no Município. Claro que está sendo observada e agora ajustada, porque temos muitos equipamentos que vêm de fora, que são balizados em dólar, que tiveram valor que cresceu significativamente nesse período. Então estão ajustando as questões do orçamento, do desenho da Muralha que pode ser feito em várias etapas para que a gente possa ter um desenho viável ainda para execução neste ano. Muitos equipamentos estão com dificuldade grande, a gente tem visto as próprias câmeras para a gente fazer vídeo conferência a dificuldade que tem sido de comprar, porque realmente houve uma parada dos equipamentos de uma maneira geral, e isso acaba impactando nessas contas que envolvem essas questões de informática. Então por isso estão redesenhando esses editais desse projeto, para que a gente possa dar continuidade a ele. Mas existe recurso, estamos guardando, é um recurso do superávit, não vamos depender de financiamento que era a primeira ideia, mas depois optou-se por fazer dentro dos recursos disponíveis do superávit. O senhor fala sobre o ITBI, a questão da queda de arrecadação do ITBI. A queda da arrecadação de ITBI está realmente muito voltada ao que se tem de dinâmica dos recursos na Cidade. É talvez o lugar onde primeiro a gente vença essa crise que se estabelece. Temos sim a ideia de trabalhar com o edital do parcelamento para os pagamentos da Prefeitura de uma maneira geral e isso entra a questão do ITBI. O edital já está pronto, foi finalizada toda a questão do termo de referência, deve estar saindo o lançamento do edital esses dias para que a gente tenha a opção para que as pessoas possam pagar as despesas com a Prefeitura de maneira parcelada. Será feito através do edital para esse tipo de parcelamento. O fundo de auxílio, se não me engano, é em torno de duzentos milhões de reais o previsto de recursos para Curitiba. Ainda estão se desenhando as regras, embora tenha saído a lei tem uma série de detalhes legais ainda que precisam ser detalhados na questão desta lei dos auxílios aos municípios. Devemos ter sim alguma suspensão de pagamento de algumas dívidas e de parcelamento que o Executivo tinha, que já nos ajudam, algo em torno de trinta milhões de reais que ainda também estamos fechando para verificar se realmente vai acontecer e aguardando como será feito esse parcelamento e quando isso será feito. Mas pelo o que está colocado na lei, pelos critérios que ali apontam, seria algo em torno de duzentos milhões de reais que nos ajudam muito e é importante, porém temos que lembrar que o prejuízo de Curitiba está na ordem de seiscentos e cinquenta milhões de reais no orçamento, então duzentos milhões vem nos ajudar, mas não dá conta de tirar o prejuízo que vamos ter diante da arrecadação do orçamento. Ok? O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Daniele. A gente volta agora com os novos inscritos. A gente tem a Vereadora Professora Josete, integrante da Comissão de Finanças, na sequência a Vereadora Noemia Rocha e depois o Vereador Dalton Borba. A Vereadora Professora Josete está com a palavra. Ah, antes da Vereadora Professora Josete começar, para a Daniele anotar, teve uma pergunta do Vereador Mauro Ignácio sobre a fresa das ruas, se tem a quilometragem. Considere essa pergunta quando for abrir as perguntas. Vereadora Professora Josete, desculpe lhe interromper. Aí ela faz o comentário na sequência. A Sra. Professora Josete:- Obrigado, Presidente. Primeiramente agradecer a participação da Daniele e também o trabalho da nossa assessoria da Comissão de Economia, sem elas e eles seria difícil fazermos o nosso trabalho também. (K) Duas questões que eu observei na apresentação do Marcelo, não sei se a Daniele tem condições de responder agora, mas se possível na sequência, quando ele fez aquele resumo das obras apareceram lá, se não me engano, cinquenta e poucas obras de circulação viária. Nessas obras tem a previsão da construção de novas ciclovias, ampliação da nossa rede de ciclovias ou, enfim, reestruturação de alguma delas? Esse é um questionamento importante, até por conta do pós-pandemia. Acho que nós temos que buscar

alternativas nesse sentido. E, também, eu vi a previsão da construção de equipamentos sociais, que eram poucos, mas você teria esse detalhamento de quais seriam esses equipamentos sociais a serem construídos e onde? Acho que é importante para nós sabermos. E também gostaria de pensar, projetar um quadro em relação a pós-pandemia, porque todo mundo está falando, o mundo não será o mesmo, e Curitiba também não será a mesma, e acho que vamos ter desdobramentos ainda para os próximos anos, com certeza. Então, me estranhou a projeção de crescimento de 2,5% para 2021. É isso mesmo, ou eu que não captei adequadamente? Além disso, em relação as consequências da Covid. É óbvio, a Lei de Diretrizes Orçamentárias não detalha muito, mas eu acho que a gestão já deve estar pensando como é que fica, no setor da FAS, a questão da geração de emprego, renda. Eu acho que nessa formação profissional para esse novo momento surgem outras possibilidades que o município tem que ter políticas nesse sentido. Além disso, a questão da assistência a médio prazo, tanto em relação a segurança alimentar e nutricional, e também as ações políticas em relação a população em situação de rua. E daí uma questão que nos preocupa, já finalizando, é em relação a legislação que aprovamos para o recebimento em pecúnia das licenças prêmio, e que agora com a Covid o Secretário de Finanças, na última prestação de contas, disse que isso estava suspenso. Então, gostaria de saber o que está se pensando em relação a isso, porque é uma demanda já antiga dos servidores que se aposentam e ficam aguardando o recebimento dessas licenças em pecúnia. Seria isso. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora Professora Josete. Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha. A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Presidente Paulo Rink. Muito obrigada à Daniele, que fez a explanação, e também ao Carlos. Na verdade, eu queria saber qual é o impacto da pandemia na elaboração da nossa LDO, porque com tudo isso acredito que houve uma mudança. E, também, se a Prefeitura conseguiu traçar uma diretriz específica para alocação de recursos para esse combate. E se fizeram isso, eu gostaria de saber qual foi a avaliação para atendimento na saúde e na ação social, que são as nossas duas preocupações. Vemos que há um investimento importante na saúde, mas a assistência social achei muito aquém, porque estamos vivenciando uma crise de saúde e uma crise econômica, que já estamos contemplando, e agora vem muito mais. E eu vi que o orçamento tem 2% de investimento na Fundação de Ação Social, e isso me preocupou. Se puder detalhar também a questão do crescimento do PIB, que foi dito pelo Carlos, uma previsão de 4% no PIB do Brasil, e um acréscimo de 8% aqui em Curitiba. Pelo menos a informação que temos é que não tinha previsão ainda de um crescimento de 4%. Então, a nossa preocupação de como se deu essa questão de acréscimo de 8%, e uma diminuição na inadimplência. Outra questão que queremos saber é se o Brasil não tem uma projeção de 4%, como é que Curitiba se baseou num PIB de crescimento de 4%, considerando que o Secretário de Finanças disse que vai ter, teve e está tendo uma queda importante na arrecadação dos três impostos que sustentam praticamente a Cidade de Curitiba. Então, só para entender melhor essa projeção de aumento das receitas de 8%. Também gostaria de saber sobre o programa de atendimento à população de rua, que é a nossa preocupação. Eu sei que a Vereadora já citou essa questão, mas qual a previsão de investimento nessa área, e se aumentaram as políticas públicas a mais dos anos anteriores. Se falou muito em asfalto, mas vemos também uma necessidade importante da população em relação a moradores em situação de rua, aos pequenos comerciantes, ao dono da quitanda, aos empreendedores que nesse momento estão sem nenhum recurso para manutenção tanto da sua casa, como da sua família. E gostaria de saber também se teve uma ampliação dos CAPS, que estão sendo úteis nesse momento, mas entendemos que há uma necessidade de aumento de CAPS pela tendência que teremos depois dessa pandemia, que está assustando tanto a nossa vida, enquanto curitibanos. Gostaria de saber também se houve uma redução na previsão orçamentária de propaganda oficial. Em nosso entendimento talvez fosse interessante a redução para investimento, por exemplo, na área de assistência social. Muito obrigada e parabéns à Daniele e ao Carlos. O SR. PRESIDENTE:- Nós temos vários colegas inscritos,

então peço aos senhores atenção com o tempo. Com a palavra o Vereador Dalton Borba. O Sr. Dalton Borba:- Muito obrigado pela concessão da palavra, Vereador Paulo Rink. Quero desde já cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, a forma absolutamente técnica como costumeiramente V.Exa. atua. Antes de fazer o meu questionamento gostaria de saber se essas planilhas que foram apresentadas aqui hoje, nessa Audiência, estarão disponibilizadas para os Vereadores, porque eu gostaria de fazer uma análise um pouco mais detida sobre elas, e aqui essa análise ficou um pouco prejudicada pelo tempo que isso demanda. Sr. Presidente, queria fazer um questionamento, porque essa é uma dúvida que tenho com relação aos critérios que foram utilizados naquela pesquisa do Fala Curitiba e essa pesquisa mais recente que foi trazida aqui nessa Audiência, porque lá no Fala Curitiba, em todas Regionais de Curitiba, absolutamente todas, as principais demandas populares foram no que diz respeito à segurança pública, saúde pública e educação, prioritariamente, não que outras demandas não tenham sido colocadas pelo público. E depois, nessa segunda pesquisa, essa demanda veio já priorizando obra pública, e pelo que eu entendi, desculpe se eu estiver cometendo um equívoco aqui, mas entendi que essa pesquisa mais atual seria uma demanda prioritária em obra pública de asfalto. Então, eu gostaria de saber quais foram os critérios, o que mudou do Fala Curitiba para cá, na opinião pública ou nos critérios de tomada da opinião pública. E em segundo lugar, Sr. Presidente, queria saber se existe algum tipo de política pública no sentido de esse ano ainda priorizar os investimentos na Guarda Municipal. Tenho acompanhado detidamente as ações da Guarda Municipal no que diz respeito a fornecimento de EPIs, fornecimento de material adequado para trabalhar, como foi uma demanda no ano passado ou retrasado a respeito de coletes vencidos. Se existe uma política pública nesse sentido de priorizar a Guarda Municipal e os Centros de Educação Infantil. Eu me refiro aqui às escolas conveniadas, que tenho visitado muitas delas, e estão com muitos problemas, inclusive de infraestrutura e de trabalho por falta de investimentos. E, por fim, a saúde, que foi declarado aqui que a saúde é o maior gasto do Município, maior inclusive do que asfalto. Eu gostaria de saber qual é o critério de proporcionalidade adotado entre as despesas públicas como saúde e asfalto, tendo em vista que notadamente a saúde pública envolve muito mais usuários do que usuários de asfalto. Muito obrigado, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Dalton Borba. Antes de passar a palavra para a Daniele, deixe eu tentar explicar. Foram duas apresentações e duas pesquisas, só para que eu possa tentar lhe ajudar no esclarecimento da diferença do Fala Curitiba e da Câmara Municipal. Nós tivemos a nossa demanda, pelo site da Câmara Municipal, que acabou sendo as obras. E no Fala Curitiba, foi outra demanda. E na apresentação eu falei da diferença. Foram feitas via internet, Vereadora, então, só para ajudar a Daniele nesse último questionamento. E, de praxe, sempre peço para a Prefeitura entregar a apresentação, como eu fiz e coloquei no grupo dos Vereadores. Eu peço que a Daniele depois mande para a Comissão e nós disponibilizaremos para todos os Vereadores olharem com calma, para que tenha transparência, até porque não foi apresentada no Município num todo, e para que os Vereadores tenham na íntegra essa apresentação. Com a palavra a Daniele, para responder os questionamentos dos Vereadores Professora Josete, Noemia Rocha e Dalton Borba. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Vamos trabalhar aqui com a lista de vários pontos. A Vereadora Professora Josete começou a falar sobre a questão das obras viárias e o detalhamento dessas obras. O detalhamento ainda, Professora Josete, não é o conto da LDO. A LDO a gente abre perante os valores, mas ainda não temos o detalhamento refinado, que é o que vai ser feito no orçamento. E este ano, mais do que nunca, isso é muito importante, porque nós também precisamos peneirar esse cenário, ver realmente como vai ficar, para que a gente tenha uma posição clara sobre o que vamos fazer. Tem um detalhamento inicial aqui, que vai trabalhar algumas questões. Estamos trabalhando com cinquenta e dois quilômetros de obras viárias, temos algumas questões sobre passarela, recape em vias urbanas, mas ainda não temos o refinamento do detalhamento de onde vai ser, como vai ser, quanto para

cada modalidade. Ainda é uma reserva inicial para essas metas, que será detalhado na proposta orçamentária. A questão da pós-pandemia, e a senhora fala que a gente tem utilizado dois e meio. Essa era a previsão inicial que tínhamos do PIB. Então, já dá para esclarecer a Vereadora Noemia Rocha e o Vereador Dalton Borba sobre essa questão. As receitas tinham uma previsão inicial, baseada no PIB, que era de dois e meio, que era o centro da meta do governo. Então, em cima disso que a gente normalmente trabalha as previsões de receita. Para esse momento, o que nós fizemos foi derrubar as receitas em 5%, no exercício de 2020, que é a base que vai calcular as receitas para 2021. Então, nós derrubamos 5% em 2020, e aumentamos, como disse a Vereadora Noemia Rocha, "aumentaram 4%". Mas, aumentamos 4% sobre uma base que estava derrubada em 5%. Então, na verdade, a receita para 2021 é menos 1%. Ela vai voltar a valores lá de 2019. Certo? Esse é o cenário que nós tínhamos desenhado naquele momento. Se fôssemos desenhar hoje, já teríamos algumas alterações. E, certamente, para a receita do orçamento, vamos ter um valor diferente também. Então, não é que seja 8%, é 4%, numa base que ficou em menos cinco. Portanto, na lógica seria em torno de menos um. Certo? É sobre essa base que nós estamos lidando. A questão do pós-pandemia. Realmente, estamos finalizando o planejamento das ações para a entrada no cenário econômico para o momento (v) pós-pandemia que deve ocorrer na sequência. Por enquanto temos o suporte do governo federal para as pessoas que estão sem emprego, em uma situação complicada. Mas o Município trabalha sim algumas ideias para já estar mais ou menos com isso desenhado para iniciar, na sequência, um projeto de recuperação econômica da cidade. É importante observar que a recuperação econômica se dá por instrumentos macroeconômicos, que são trabalhos em juros, trabalhos em moedas de mercado, que são instrumentos que se localizam hoje na União. O Município tem hoje pouquíssimas formas de intervir no processo econômico de uma maneira a gerar crescimento, mas vamos nos utilizar das possibilidades que temos para que isso seja feito. Não queremos reprisar as questões que já estão postas, de uma maneira geral, para as ações como as do governo federal, como as do governo do Estado, com créditos, porque realmente quem tem esses instrumentos são a União e os Estados. O Município tem uma ação mais limitada, mas está sim trabalhando com essas questões para poder resolver e auxiliar a população nesse segundo momento, que é o momento de quando tivermos a estabilização efetiva da economia e pudermos sim fomentar alguns aspectos. Trabalha-se com a questão da segurança alimentar. Semana passada ainda, saiu a possibilidade das pessoas que se sentirem prejudicadas pela situação da pandemia poderem acessar o Armazém da Família. Está se trabalhando com a questão dos kits lanches para todas as famílias que têm alunos matriculados na rede municipal. A rede está fazendo entregas de cestas básicas para famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Há uma quantidade muito grande de cestas sendo entregue nas comunidades que apresentam essa necessidade. E isso deve continuar por um tempo, até que se consiga estabilizar as questões de mercado. E a principal ação também é de possibilitar que as pessoas possam acessar os Armazéns da Família, onde a alimentação tem um custo mais baixo. A situação da pessoa de rua, também há uma série de questões que estão sendo realizadas para que possamos acolher neste momento as pessoas de rua, principalmente a de acolhermos as pessoas que apresentem sintomas e que precisem de espaço para serem isoladas, para que possam se recuperar eventualmente da Covid-19 ou para as pessoas que queiram se manter isoladas, que sejam de grupo de risco, que ainda não têm nenhum tipo de sintoma mas queiram ficar isoladas. É um trabalho que sabemos que depende do acolhimento e das pessoas aceitarem esse acolhimento. Foram abertas vagas, foram criados novos espaços para acolherem essas pessoas, mas com o advento do inverno, a FAS procura sempre ampliar o trabalho de ir às ruas e conversar com essas pessoas e procurar atendê-las em espaços específicos que a FAS tem para isso. Também foram abertas agora as mesas solidárias, onde as entidades podem estar servindo essas pessoas. Tivemos dois, três dias de atendimento expressivo nesses locais onde as entidades podem atender as pessoas de rua com refeições, espaços com mesas, em



que elas podem lavar as mãos, obedecendo todos esses critérios que neste momento precisamos. E esse saneamento é muito importante. Quanto à questão das licenças prêmio, depois da votação da lei existe uma perspectiva que façamos algum pagamento este ano, talvez não no planejamento que tínhamos. Tínhamos uma ideia em torno de trinta e cinco milhões, o Secretário que falou isso esses dias na audiência. Talvez tenhamos que baixar um pouco esse valor. Podemos chegar a esse valor, mas existe a perspectiva de fazermos sim algum tipo de pagamento desta lei. Claro que tudo isso, Vereadora, varia de acordo com o que teremos pela frente, do resultado que teremos pela frente, das questões de fluxo de recursos. Se realmente mantivermos a receita da forma como ela está se mantendo, vamos encaminhar, senão, se isso se aprofundar e tivermos maiores dificuldades, teremos que ir realinhando de acordo com a possibilidade do recurso, sempre. Vereadora Noemia, quanto à questão do impacto da economia na LDO. Também é aquela questão que apresentamos. A receita cai e vamos trabalhar com receitas em nível de 2019, algumas em nível de 2018. E ainda temos lá dentro uma possibilidade de queda de cento e vinte milhões, que estavam mais ou menos reservados para uma eventual necessidade de calamidade. Vamos verificar o comportamento dessas receitas até agora, no tempo para enviarmos a mensagem do orçamento. Até lá teremos um desenho melhor, mais equilibrado para que possamos trabalhar essas questões. A ação social e alimentação, como acabei de explicar, ampliamos alguns serviços, estamos buscando alguns serviços, e isso foi fruto de incremento de recursos. Temos alguns recursos que devem vir da União para incrementar a Ação Social. Sabemos da importância da Ação Social neste momento, e por isso a Ação Social desde o início está com tratativas abertas com a Finanças, no sentido de garantir os recursos necessários para atender a população nas necessidades deste momento. O morador de rua é aquela questão que acabamos de conversar, de que realmente foram abertos uma série de espaços e de possibilidades para receberem esses moradores. CAPs, da mesma forma que respondi a Vereadora Professora Josete, ainda não temos um desenho detalhado do orçamento para o ano que vem, dos equipamentos efetivos que serão implementados. Temos procurado utilizar os equipamentos que possuímos para não abriremos cada vez mais unidades. Isso tem custos que nem sempre o Município tem condições de arcar em longo prazo. Então, sempre a busca é de otimizarmos os equipamentos que temos, realocar os serviços e melhorarmos a forma de prestarmos os serviços para que, cada vez mais, possamos tornar efetivo o uso do recurso público. Mas ainda não tenho a informação da Vereadora, se realmente haverá ampliação de CAPs ou não. Talvez no orçamento isso fique mais claro. Vereador Dalton Borba, as planilhas que foram apresentadas hoje já estão disponibilizadas desde o dia 13 de maio na internet. Então, lá podem ser vistas, tem o detalhamento dessas planilhas desde o dia 13 de maio, em que foram disponibilizadas para a população em geral. Então, desde esse dia estão lá. Assim como elas também compõe o projeto de lei que foi encaminhado à Câmara. Então, elas estão lá disponibilizadas. A questão do Fala Curitiba e a diferença das pesquisas que o Vereador Paulo Rink também colocou. O Fala Curitiba, quem acompanha as reuniões da Regional desde seu início sabe, havia um pacto com a população de que o Fala Curitiba não traria as questões de pavimentação. Uma vez que já tínhamos um programa ajustado de pavimentação, que está sendo feito desde o começo nas Regionais, gostaríamos de ouvir das comunidades as outras necessidades, o que era necessário para outra comunidade, por isso, que no Fala Curitiba você não vê o impacto da pavimentação. Por experiência, nas audiências públicas sabemos que se abriremos o item "pavimentação" necessariamente ele será o campeão de todas as demandas, assim como aconteceu na Câmara. A grande maioria da população demanda obras de pavimentação, e como gostaríamos de saber de outros enfoques, o combinado com a população, desde o começo do Fala Curitiba, foi de que as obras de pavimentação não seriam apontadas. Vamos abrir essa possibilidade agora, para a LOA deste exercício, até porque já trabalhamos bastante com pavimentação e ainda gostaríamos de medir a temperatura com a população, da continuidade da necessidade. Certamente teremos resultados muito próximos ao que apareceu na

pesquisa da Câmara, porque por mais que não seja dentro do Fala Curitiba, as nossas Regionais têm a demanda constante por obras de pavimentação por parte da população. Ainda é uma demanda muito relevante no Município até porque, foi o que falei no começo, temos uma malha viária bastante antiga que ficou muito tempo sem a devida manutenção, e agora quando as pessoas veem a possibilidade de ter o reparo, há uma demanda constante pelo serviço de pavimentação nas Regionais. A priorização da Guarda, dos EPIs, dos coletes, todo ano há recursos disponibilizados para a aquisição de uniformes e EPIs para os guardas, tanto de maneira normal, de política contínua da Guarda, como também houve essa possibilidade agora quanto à pandemia. Houve sim agora, no momento da pandemia, a dificuldade de aquisição, até porque nós vimos uma dificuldade geral no mercado para a aquisição desses materiais. Mas isso foi sanado com rapidez e todos receberam os materiais necessários para a prática de suas atividades com a situação da pandemia. Os EPIs de coletes e os demais estão sendo comprados todos os anos. Todos os anos temos compra de coletes, de uniformes, conforme a demanda que a Guarda manifesta e a necessidade que ela tem. Eles têm prazo de uso e isso é dividido dentro do pelotão. Às vezes tem um pelotão que precisa desta vez de bota. Então existe um fluxo lá dentro para a compra desses materiais, mas sempre há a disponibilização de recursos para isso. Há sim, por vezes, algumas dificuldades que temos no cenário de licitação, assim como todo cenário de compra pública. Por vezes temos algumas dificuldades na aquisição dos materiais, mas há recursos para isso. A Saúde e a questão dos critérios dos recursos. Ratifico novamente para o senhor, Vereador Dalton Borba, que a Saúde recebe no orçamento do Município. Estão previstos para o orçamento do ano que vem aproximadamente dois bilhões de reais. Isso é o que o Município investe, também com o repasse da União, dentro da Saúde. E para a manutenção de asfalto, como o senhor falou, o custo que temos hoje na cidade para manutenção de asfalto e inovação é de cem milhões de reais. Então, pesa muito mais, sem dúvida alguma, os recursos para a saúde, para a educação, para a ação social, do que os recursos para asfalto. Esses recursos são pesados conforme as necessidades e os problemas de governo que foram apropriados lá no PPA, no Plano Plurianual, que passou pela Câmara lá no começo da gestão. É isso que norteia a distribuição de recursos na cidade. Quanto aos CEIs conveniados, estão recebendo os recursos, receberam os recursos para esse período, conforme a lei que foi aprovada na Câmara recentemente, sobre a questão dos contratos administrativos. Eles terão agora os seus contratos avaliados, mas a lei inclusive traz o espírito de preservação do emprego das pessoas que trabalham para o Município de Curitiba. E é nesse sentido que se vai trabalhar com a construção de uma solução junto aos CEIs conveniados. As soluções têm que ser sempre equilibradas, no sentido de se manter as pessoas empregadas, os serviços no limite do que a pandemia nos permite, mas também o equilíbrio das receitas públicas. Não temos como simplesmente atender a tudo com a queda de arrecadação que teremos dentro do orçamento do Município. Então é isso que estamos procurando, uma equação para equilibrar isso depois da aprovação da lei, para que possamos fazer esse atendimento. Não esqueci das perguntas do Vereador Mauro Bobato. Assim que me derem as respostas eu lhe respondo, Vereador. O SR PRESIDENTE (Paulo Rink):- Para continuar também, Daniele, tem um questionamento da Vereadora Noemia Rocha que acho que você não mencionou, sobre a questão da publicidade, se houve uma diminuição na questão da previsão. E o da Vereadora Professora Josete quanto à questão da ciclovia. Então só se organize. Agora neste próximo bloco vou passar a palavra ao Vereador Geovane Fernandes, que está inscrito. Também aqui na lista o Vereador Marcos Vieira. E encerrando este bloco vou dar por encerradas as inscrições para que possamos fazer as perguntas da população ou dos comentários que estão sendo feitos. Vereador Geovane Fernandes, bom dia. O Sr. Geovane Fernandes:- Bom dia.

(1) Cumprimento o Vereador Paulo Rink, a Daniele e o Carlos. Vou fazer a minha fala em duas partes. Primeiramente respondendo, no Pequeno Expediente a Vereadora Maria Leticia, informar que foi feito um convite para a Secretária Ana e ela disse que viria à Câmara pelo convite, pela educação, talvez pela liderança, o Pier, só que

ela aguardaria primeiro até o dia 29, sexta-feira, porque ela teve uma reunião com alguns conselheiros na Prefeitura Municipal de Curitiba, para tratar dos quatrocentos e vinte mil reais, que foram destinados para a Fundação Cultural, para atender o segundo edital. Então, ela está aguardando, esteve sexta-feira, dia 29, na Prefeitura, não sei se é do conhecimento de todos, mas ela me comunicou e agora sim ela está aguardando o meu convite pela educação, para vir fazer uma fala a todos os Vereadores. A segunda parte seria reforçar, que nas audiências públicas do Boqueirão, sempre a prioridade foram as obras, asfalto, drenagem... A minha pergunta a Daniele, e ao próprio Carlos é a seguinte: nesse momento em se fala da pandemia, os artistas, técnicos e a fundação, querendo resolver essa situação, se consta pedidos para cultura na LDO. Obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado. Concedemos a palavra ao Vereador Marcos Vieira. O Sr. Marcos Vieira:- Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar a Daniele e a equipe que está fazendo a apresentação. Gostaria só de fazer uma sugestão, uma observação, e dois questionamentos. Primeiro vimos que este ano houve um aumento na participação das pessoas em relação a consulta. Uma das coisas, que mesmo tendo esse aumento, percebemos que a participação ainda é baixa em se tratando da população de Curitiba e com o relatório ali não conseguimos identificar qual a quantidade de pessoas exatas que participaram, uma vez que cada participante pode ter até cinco sugestões e aí um pode dar três, duas... Talvez uma sugestão para podermos ter o mapeamento de qual é a participação da população nas audiências mesmo. Outra situação que observei ali, é em relação a participação, vimos que teve um aumento expressivo da participação da Matriz, as regiões centrais aumentaram e as regiões periféricas ficaram num momento bem mínimo, talvez isso se dê em relação ao acesso à internet, talvez isso mostre para nós, que as regiões periféricas ainda tem essa dificuldade da participação. O questionamento que quero fazer é em relação ao que foi o número um, relacionado à assistência social, vimos que também vindo da região da Matriz, ela está muito direcionada à questão do morador de rua. E quando falamos em assistência, sabemos que primeiro se fala daquelas pessoas que estão na linha mais vulnerável, na linha de pobreza, não que o morador de rua não esteja, ele está, mas já que foca no morador de rua, isso não tem um risco de descaracterizar a função da assistente social? E outra observação, um questionamento, praticamente em quase todas as Regionais houve a questão da Guarda Municipal relacionada à segurança. Essa segurança que a população está reivindicando está relacionada a ausência da Guarda Municipal nos CMEIs, nas unidades de saúde ou é outro tipo de serviço da Guarda que a população está solicitando? Seria isso, obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Marcos Vieira. Volto com a Doutora Daniele e respondendo aos colegas Vereadores, que fizeram os questionamentos agora, já abro espaço para as considerações finais, dar sua opinião na questão desse projeto, e depois retornaremos para finalizar a audiência. Dos inscritos já estão terminados e da população temos vários comentários, participações, mas nenhuma pergunta efetiva técnica à senhora, são só sugestões, como as sugestões que foram feitas na questão da pesquisa. Concedo a palavra a Daniele, para responder aos Vereadores e depois fazer as suas considerações finais. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Retomando as duas questões, que ficaram em aberto na questão anterior. Publicidade, teremos um decréscimo na proposta que foi apresentada aí, até o momento, de quatro milhões de reais. Vamos diminuir o valor da publicidade, que estava em dezoito passa a quatorze, diminuindo quatro milhões de reais. A questão da ciclovia, nós temos uma meta aberta dentro da LDO, mas ainda não temos o detalhamento desta meta, mas tem uma meta aberta para isso e temos o IPPUC nas suas determinações sobre as obras viárias, tem pedido a inclusão dos projetos de ciclovia dentro dos projetos viários. Então, para que eu tenha uma resposta precisa, eu preciso abrir isso no IPPUC para verificar quanto de ciclovia está previsto dentro das obras de acesso viário. Mas ainda não temos esse detalhamento para a LDO, isto vai aparecer no orçamento. A LDO tem metas bem mais abrangentes e o valor de recursos é alocado, no sentido de que possamos desenhar o que é possível ou não nas metas para o orçamento do exercício. Mas ainda não temos esse detalhamento

refinado das questões. Quanto a questão do Vereador Geovane Fernandes, sobre o Fala Curitiba, a questão da cultura, a cultura está aberta dentro do Fala Curitiba, mas não foi um dos itens relacionados como relevantes pelas Regionais. Então, temos ela lá, mas ainda não é um dos itens relevantes na Regional. Temos procurado sim, foi feito edital para tentar acolher os artistas neste momento. Temos que lembrar que todas as pessoas que têm uma dificuldade de remuneração neste momento, puderam ser atendidas pelas ações do Governo Federal. Então, estamos procurando trabalhar com ações que não acumulem em cima das mesmas pessoas. Como temos uma necessidade enorme, precisamos trabalhar com ações que não sejam paralelas. Então, todas as pessoas que estão em dificuldade de emprego neste momento, tiveram acolhimento da política do Governo Federal e nós estamos trabalhando com políticas, no sentido de fomentar a economia regional, local, fora do círculo das ações que já foram tomadas pelo Governo Federal, principalmente porque teremos um momento após as ações do Governo Federal, que tem um curto espaço de tempo de ação, nós vamos ter que trabalhar com isso por um tempo maior. Vereador Marcos Vieira, tivemos a participação de quatro mil e cinquenta e quatro pessoas no Fala Curitiba e realmente quando você trabalha só com a participação on-line você tem uma demanda maior nas regiões mais centrais da cidade, seja por facilidade em mexer com a tecnologia, seja por facilidade em acesso, do que nas regiões mais afastadas. O que quando você faz presencialmente as reuniões se mostra totalmente ao contrário, as regiões mais afastadas do Centro da cidade, tem maior participação, até porque as pessoas tem uma cultura de vida comunitária maior do que na região central da cidade e acabam por participar mais, mesmo nessas reuniões presenciais do que no Centro. Este ano, como não houve a possibilidade de fazer as reuniões presenciais, nós vimos um comportamento diferente e realmente prevaleceram as participações da região central. Eu concordo com o senhor, acho que ainda é muito pouco, mas ainda é muito mais do que tínhamos no começo. A participação também é uma cultura que precisa ser incentivada, é uma educação que precisamos fazer junto à população, ali participar e de saber participar do processo. Então, temos mantido, incentivado, trabalhado com as populações, justamente isso. Gostaríamos sim que a participação fosse maior e esperamos que isso venha a acontecer gradativamente. A questão da assistência social, temos sim políticas voltadas ao morado de rua, com intensidade nesse momento, até pela situação que temos colocada aí, mas continuamos com assistência social voltada às famílias e as pessoas vulneráveis. Os programas de assistência social não modificaram, eles estão atendendo essas famílias, que tem os seus cadastros, estão sendo atendidas pelo cadastro, as demandas de violência estão sendo atendidas da mesma forma Também os equipamentos para acolhimento, que são para essas pessoas, estão abertos também, estão trabalhando o tempo todo da mesma maneira. Não temos como descuidar disso no momento desta necessidade. Na questão da segurança o que aparece nas Regionais, nas pesquisas que fazemos é uma segurança de maneira geral, ela não tem um aporte claramente em equipamento público ou não, é a sensação de insegurança que as pessoas tem muitas vezes em algumas regiões e que, inclusive, temos que trabalhar junto com o Governo do Estado, porque também é responsabilidade do Governo do Estado esse trabalho de segurança. Ela é uma segurança que aponta de uma forma mais genérica, não é uma coisa pontual, específica no equipamento do Município. Nas considerações finais fica a colocação de que estamos encaminhando o projeto, que está disponível, foi encaminhado a vocês faz alguns dias, um projeto que sabemos que poderá ter alterações mais significativas do que normalmente acontece, em função da situação que temos. Esperamos que as alterações sejam positivas e que possamos ter um Projeto de Lei melhor no orçamento do que o encaminhado na LDO para vocês, mas trabalhamos com todas as alternativas, pontuamos vários cenários, estudamos os cenários e estudamos alternativas e soluções para todos eles. De pronto fica o fato de que Curitiba tem as suas finanças públicas equilibradas, o que faz a nossa cidade estar à frente da maioria das cidades neste momento difícil que o País passa. Certamente Curitiba tem uma condição diferente de responder a essas demandas que estão por

vir e acontecer, inclusive, a de auxiliar o Município na retomada da sua economia, o que certamente está sendo planejado para os próximos meses. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado a Daniele, ao Carlos a apresentação, a participação dos Vereadores. Obrigado a todo pessoal da nossa técnica, que fez essa Audiência Pública se tornar possível, de maneira on-line. Temos a Diretoria de Apoio às Comissões, a Informática, a Comunicação. Temos o relatório que foi copilado pela Daniele Vanderbruck, da Comissão que nos ajuda. A apresentação foi feita pelo Márcio Alves e a Letícia Bostermann, da Comunicação. Então, a todos os integrantes desta Audiência Pública, meu muito obrigado pela condução serena, pela explanação técnica sobre o orçamento, porque hoje não era uma discussão política e sim técnica. Foi esclarecido aos Vereadores tanto da base quanto da oposição, de uma maneira clara, direta aos colegas Vereadores. Agradeço a participação de todos que estiveram nesta audiência. Senhores, sendo assim a nossa obrigação legal desta Audiência Pública está encerrada neste momento, eu retornarei ao Vereador Tito Zeglin, que fará na sequência a chamada dos Srs. Vereadores. Muito obrigado pela participação de todos. Declaro encerrada a presente Audiência Pública." Do que para constar, a presente Ata foi lavrada pela equipe de Taquigrafia e organizada por Roberjan Prestes Filho, de acordo com as Notas Taquigráficas.

---

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)  
Presidente

---

Indiara Barbosa  
Vice-presidente

---

Flavia Francischini  
Membro

---

Hernani  
Membro

---

Jornalista Márcio Barros  
Membro

---

João da 5 Irmãos  
Membro

---

Osias Moraes  
Membro

---

Professora Josete  
Membro

---

Tito Zeglin  
Membro